



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 17/2021**

Plenário | 14.7.2021

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	2
■ ORDEM DO DIA	3
Gestão de quadros/ Comissões de Serviço/ Temas de ordem geral	3
Matéria Disciplinar	4
Reclamação de Classificações - Inspeções	5
Requerimentos/Exposições	5
Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)	5
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	6
Gestão de quadros/ Comissões de Serviço	6



Presenças

(Reunião realizada por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

■ Presidente

Até ao ponto 4 a sessão foi presidida pela Senhora Procuradora-Geral da República, **Dr.ª Lucília Gago**.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, **Drs. Orlando Romano, José Norberto Ferreira Martins, Maria José Valente de Melo Bandeira e Alcides Manuel Rodrigues**;

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita**; Procuradores da República, **Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira, Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves, António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Ana Paula Lopes Leite, Patrícia Isabel Marques Pereira Cardoso e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota**;

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Manuel de Magalhães e Silva, José Manuel Mesquita, Professor António Manuel Tavares de Almeida Costa, Dr.ª Vânia Gonçalves Álvares e Dr. Rui Manuel Portugal da Silva Leal**;

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, **Professora Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes e Dr. Augusto Godinho Arala Chaves**.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, **Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira**.



Conselho Superior do Ministério Público

■ Esteve ausente a Dr.ª Alexandra Neves

O Dr. Silva Leal compareceu após a discussão do ponto 5 não tendo por isso intervindo na votação daquele ponto.

■ ORDEM DO DIA

Gestão de quadros/ Comissões de Serviço/ Temas de ordem geral

1. O CSMP procedeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, à nomeação, do procurador-geral-adjunto, Lic. José Fernando Duarte da Silva, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal de Justiça – Proposta da Procuradora-Geral da República (artigos 149º, nº 1, e 172º do EMP).
2. O CSMP procedeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, à nomeação, do procurador-geral-adjunto do Lic. José António Góis Nunes, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal de Justiça - Proposta da Procuradora-Geral da República (artigos 149º, nº 1 e 7, e 172º do EMP).
3. O CSMP procedeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, à nomeação do procurador-geral-adjunto, Lic. Emílio António Sampaio Correia, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal Administrativo - Proposta da Procuradora-Geral da República (artigos 149º, nº 1, e 172º do EMP).
4. O CSMP procedeu, por escrutínio secreto e por unanimidade, à nomeação do procurador-geral-adjunto, Lic. Carlos João Frade Lobato Ferreira, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal Administrativo - Proposta da Procuradora-Geral da República (artigos 149º, nº 1, e 172º do EMP).



Conselho Superior do Ministério Público

5. O CSMP deliberou, por escrutínio secreto e por unanimidade, em autorizar a designação, com efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2021 e pelo período de 6 meses, do Sr. Procurador da República, Dr. Antero José Morais Taveira em comissão de serviço no DCIAP, como docente do CEJ, a tempo parcial e em regime de acumulação.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

6. Requerimento apresentado pelo procurador da República, Lic. Manuel Eduardo Aires Magriço solicitando lhe seja concedida a renovação da licença especial para continuar o exercício de funções de Assessor Jurídico na Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de dois anos.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

Resultado da votação, por escrutínio secreto:

Dois Conselheiros votaram no sentido da concessão da referida renovação.

Dezasseis Conselheiros votaram contra.

7. O CSMP deliberou, por escrutínio secreto e por unanimidade, proceder à nomeação, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos do disposto no art. 159.º, n.ºs 1 e 2, do EMP, do Sr. Procurador da República, Dr. Armando Marinho de Sousa, como Diretor do DIAP da comarca de Braga.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

8. Movimento dos magistrados do Ministério Público: ponto de situação e apreciação de questões pendentes.

- por unanimidade, indeferir a reclamação apresentada pelos magistrados oriundos do XXXI curso de formação de magistrados;
- apreciação de impedimentos e destacamentos de magistrados do Ministério Público;

9. O CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Centro de Estudos Judiciários relativa à iniciativa legislativa sobre a redução do período de formação do XXXIX curso de formação para magistrados do Ministério Público.

Matéria Disciplinar

10. O CSMP deliberou, por unanimidade, negar provimento à reclamação, apresentada pelo senhor advogado Luís Filipe Barata Rosa, da deliberação da secção disciplinar de 2 de Abril de 2019, que determinou o arquivamento dos autos.

Relator: Dr. Orlando Romano



Conselho Superior do Ministério Público

Reclamação de Classificações - Inspeções

11. Adiado

Inspeção ordinária ao serviço prestado pelo procurador da República – Reclamação da deliberação da Secção de Avaliação do Mérito Profissional, de 28 de Abril de 2021 - que atribuiu a classificação de “Medíocre”.

Relator: Dr. Rui da Silva Leal

12. Adiado

Inspeção ao serviço prestado pela então procuradora-adjunta – Reclamação da deliberação da Secção de Avaliação do Mérito Profissional, de 28 de Abril de 2021 - que atribuiu a classificação de “Bom”.

Relator: Dr. Alcides Manuel Rodrigues

13. O CSMP deliberou, por unanimidade, negar provimento à reclamação, apresentada pelo Senhor Procurador da República, da deliberação da Secção de Avaliação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Bom”.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

14. O CSMP deliberou, por unanimidade, negar provimento à reclamação, apresentada pela Senhora Procuradora da República, da deliberação da Secção de Avaliação do Mérito Profissional, que lhe atribuiu a classificação de “Bom”.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Requerimentos/Exposições

15. Adiado

Pedido do Sindicato dos Jornalistas para acesso (obter certidão) ao processo de averiguação em que foram visadas duas magistradas.

Relator: Dr. Alcides Rodrigues

16. Retirado da tabela

17. O CSMP deliberou, por unanimidade, remeter a Sua Excelência a Ministra da Justiça a requisição de arma de serviço e respetivas munições, formulada pelo Senhor Procurador da República, Dr. Mário António Simões Lourenço de Neves Cunha.

Relator: Dr. Carlos Teixeira

Recursos Hierárquicos (artigo 106.º da LOSJ)

18. Adiado

Recurso hierárquico interposto pela técnica de justiça-adjunta do despacho da Administradora Judiciária da comarca de Lisboa que determinou a recolocação transitória da recorrente na Procuradoria do juízo do trabalho.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota



Conselho Superior do Ministério Público

ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Gestão de quadros/ Comissões de Serviço

1. O CSMP deliberou, por maioria, proceder à nomeação da Sra. Procuradora-Geral Adjunta BRANCA MARIA GONÇALVES DE ALMEIDA LIMA como Diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal Regional do Porto, em agregação com as funções de diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal da comarca do Porto.

Um Conselheiro absteve-se.

2. O CSMP deliberou, por unanimidade:

Homologar a lista de graduação e classificação relativa aos Srs. auditores de justiça oriundos do XXXV curso de formação do CEJ, encontrando-se as Sras. auditoras de justiça, Dr.^{as} Daniela Alexandra Ribeiro Nogueira, Susana Cristina Peixoto Gonçalves e Soraia Salomão Agy Amade graduadas, respetivamente, nos 64.º, 65.º e 66.º lugares;

Nomear as Sras. auditoras de justiça, Dr.^{as} Daniela Alexandra Ribeiro Nogueira, Susana Cristina Peixoto Gonçalves e Soraia Salomão Agy Amade enquanto procuradoras da República em regime de estágio, ficando estas a exercer as suas funções e restante formação nos lugares onde frequentaram o 2.º ciclo de formação do Centro de Estudos Judiciários, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 32.º e 68.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, com efeitos a 16 de Julho de 2021;

Homologar, nos termos do artigo 60.º, n.º 3, do Regulamento Interno do CEJ, os planos individuais de estágio referentes às Sras. auditoras de justiça, Dr.^{as} Daniela Alexandra Ribeiro Nogueira, Susana Cristina Peixoto Gonçalves e Soraia Salomão Agy Amade.

Relatora: Dr.^a Patrícia Cardoso

A sessão teve início às 10H00 e terminou às 13h10m.